

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Criado pela Lei Municipal nº1767, de 11 de Junho de 1999,
Alterada pela Lei Municipal nº 2984, de 25 de abril de 2014.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2.016 - GESTÃO 2014/2016 – 17ª AGO DA GESTÃO 2014/2016.

Aos 26 dias do mês de fevereiro de 2.016, reuniram-se às 9:00 horas em segunda chamada, em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, os Senhores Conselheiros do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS, convidados e munícipes, conforme assinaturas no Livro de Registro Presença e de Atas, nas dependências cedidas Casa de Participação Comunitária, sito na Av. Rei Alberto I, n. 119, após a Composição da Mesa Diretora dos Trabalhos, conforme convocação para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

1. Leitura e aprovação da ata da Assembleia Geral Ordinária anterior;

2. Leitura dos relatos das Câmaras Setoriais;

3. Leitura dos relatos da Diretoria Executiva;

4. Assuntos Gerais.

A assembleia foi iniciada pelo item 1: leitura e aprovação da ata da Assembleia Geral Ordinária anterior, em que o conselheiro Daniel Lemos pede correção à linha 66, informando que o fluxo do álcool já foi realizado. A colaboradora Luci Freitas pede correção à linha 55, substituindo o termo “menores” por “crianças e adolescentes”. Sr. Carlos Solano lembra que em sua fala salienta a rapidez na aprovação da lei nº 3.220. Sem mais, a ata foi aprovada por unanimidade. A seguir foi iniciado o item 2 de pauta: relatos das câmaras setoriais – iniciado com o relato da câmara de relações públicas pela relatora Luana Li Yi Ng, que informou que a câmara debateu a Semana Municipal sobre Drogas. A câmara informou também ter começado a pensar em tema para a Conferência Municipal sobre Drogas e informou pedido para a câmara de legislação verificar a possibilidade de atualização da lei de criação do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD para desvinculação da eleição de novos conselheiros da Conferência Municipal nas próximas gestões. Ainda sobre o tema da Conferência Municipal, informou que abriu espaço para sugestões do colegiado e foi pedido à casa de Participação Comunitária contato com o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas - CONED para informação sobre Conferência Estadual e sua data para que o COMAD possa seguir com a temática proposta. Sobre a logomarca do COMAD, a câmara solicitou à casa de Participação Comunitária contato com Sra. Cilícia, da Secretaria Municipal de Comunicação e Resultados - SECOR a respeito da solicitação das alterações das logomarcas apresentadas. Valéria Gallotti lembra que houve contato com a funcionária da SECOR Cilícia, que informou haver dificuldade na obtenção da logomarca, pois as logomarcas recebidas não estavam a contento. Dra. Tânia Freire sugere que seja realizada campanha simplificada para escolha de nova logomarca. Foi lido a seguir o relato da câmara de planejamento pela relatora Renata, que informou ter sido feita leitura e discussão das propostas aprovadas na VIII Conferência Municipal Sobre Drogas e do Plano Municipal, que está em andamento. Foi constatado pelos presentes que a câmara não tem conseguido avançar na finalização do Plano Municipal e por isso sugere a criação de comissão especial para que o Plano seja finalizado, com a presença de representantes das Secretarias envolvidas, bem como membros da sociedade civil. Valéria salienta que o plano municipal necessita da análise de uma comissão e também lembra da importância da participação da sociedade civil. Luci pede que conste em ata menção à resolução normativa 267/2014 e pede que quando o plano municipal sobre drogas for trabalhado esta resolução normativa seja levada em consideração. A presidente pergunta à relatora da câmara de planejamento Renata de Oliveira sobre o que já foi cumprido com relação ao plano, ao que Renata e Valéria informaram que o plano ainda não foi publicado e que há apenas esboço deste.

50 A diretoria pergunta se a câmara de planejamento pode realizar apresentação constando as ações
51 do plano que já foram cumpridas. Luana diz que é importante a participação da sociedade civil
52 para que haja legitimidade. Foi então definido após debate que a próxima reunião da câmara
53 setorial de relações públicas será realizada no mesmo dia e horário, de forma conjunta com a
54 câmara de planejamento, no dia 14 de março às 9h e pede a participação nesta importante ação
55 para conclusão do plano. Dra. Tânia pede a palavra e pergunta à Secretaria Municipal de
56 Educação - SEDUC sobre o cumprimento da lei que determina que em todas as escolas
57 municipais haja mural informativo com material fixado de campanha de prevenção continuada e
58 questiona se está sendo cumprida, ao que Lílian Marques pede o número da lei para realizar
59 pesquisa sobre a questão. A presidente então sugere e o colegiado aprova após deliberação o
60 envio de ofícios aos Secretários municipais convocando os conselheiros para a reunião conjunta
61 do dia 14 de março. Item 3: relatos da diretoria executiva, que informou ao colegiado ter tomado
62 ciência do ofício nº 552/2015 SEMAM em resposta ao ofício nº 036 / COMAD acerca do programa
63 “Adote Uma Praça”, em que a referida Secretaria informa não ser mais a responsável pelo
64 programa, que agora está sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Serviços Públicos. Foi
65 debatida a questão da lei nº 3.220. A presidente informou o colegiado sobre a reunião realizada
66 com o prefeito a respeito da lei nº 3.220. Dra. Tânia lembrou fala do vereador Cacá Teixeira, que
67 questionou a ação do COMAD na fiscalização da venda de bebidas alcoólicas a 220m ou menos
68 de estádios e fez a leitura da proposta de suspensão da eficácia da lei nº 3.220, lembrando que o
69 conselho não foi consultado. Lembra que não há lei municipal sobre proibição da venda de
70 bebidas alcoólicas em estádios, apenas lei estadual. Informou ao colegiado sobre a questão do
71 fundo municipal, que já se encontra na câmara municipal, e sobre a sugestão do prefeito de envio
72 de ofícios a todos os vereadores pedindo apoio na aprovação do fundo. Daniel requisita o número
73 do processo para que possa acompanhar. A seguir passou-se ao item 4 de pauta: assuntos gerais
74 – a presidente inicia falando sobre as visitas realizadas nas comunidades terapêuticas “Primeiro
75 Passo” e “Recanto Vida”. Informa que a visita foi realizada devido à questionamento quanto ao
76 encaminhamento de poucos usuários em tratamento para estas comunidades e também sobre
77 queixas recebidas de usuários do serviço. Disse que foram identificados alguns problemas nos
78 estabelecimentos, como alimentação e alojamento. Danielle Rufino, que acompanhou a
79 presidente nas visitas, informou que internação em comunidades terapêuticas não é a única
80 opção de tratamento e relata que as comunidades, apesar de cobradas, não enviam relatórios
81 para acompanhamento dos pacientes. A seguir, Thaís Aguiar se apresenta ao colegiado e Valéria
82 diz que esta nova colaboradora da casa de Participação Comunitária fará trabalho de
83 fortalecimento dos conselhos na casa. Thaís então cita a questão da internação de adolescentes
84 usuários de drogas na Fundação Casa e não em comunidades terapêuticas. A conselheira tutelar
85 da zona central, Mariana Freitas, então pergunta o caminho para internação de adolescentes em
86 situação de abuso e Thaís lembra que é preciso que este adolescente precise ter acesso ao
87 serviço. Dra. Tânia então sugere que se vá à busca de uma comunidade terapêutica específica
88 para adolescentes, ao que Danielle salienta ser importante a qualificação da rede de atendimento.
89 Miriam Andrade, representante do DRS IV coloca a necessidade de discussão da questão dos
90 adolescentes. Sr. Solano cita a importância do esporte e lembra que com persistência é possível a
91 obtenção de vagas em cursos e lembra também fala do Dr. Laranjeiras em outra ocasião, quando
92 disse que o governo do Estado só firma convênios com comunidades terapêuticas muito bem
93 estruturadas. A conselheira Mariana lembrou sobre o GTT (Grupo Técnico de Trabalho) de
94 fiscalização às comunidades terapêuticas, criado há pouco no COMAD, que visa garantir a
95 qualidade na prestação de serviços das comunidades conveniadas, ao que Sr. Solano pediu para
96 integrar o grupo, o que foi prontamente acatado. Luana pergunta sobre a realização da Semana
97 de Combate às Drogas e Conferência Municipal, ao que a presidente informou que ambas irão
98 ocorrer que o planejamento das atividades já foi iniciado. Luana pergunta também se se pode ser

99 feita desvinculação da eleição de novos membros em conferência e informa que o “Programa de
100 Educação Cidadã” vai dobrar o número de escolas atendidas. Sem mais, a presidente encerrou a
101 assembleia e eu _____, secretária,
102 lavrei a ata.